

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO DO PARLAMENTO EUROPEU**DESTINADO AO COMISSÁRIO INDIGITADO****Janusz WOJCIECHOWSKI****Comissário indigitado para a Agricultura****1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal**

Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoal que considera particularmente relevantes para exercer as funções de comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? De que modo contribuirá para a apresentação da agenda estratégica da Comissão? Como tenciona aplicar na prática a integração da perspectiva de género e integrar esta última em todas as áreas políticas da sua pasta? Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?

Sendo uma pessoa com uma ligação pessoal e profissional às realidades da vida rural desde tenra idade, sinto-me fortemente empenhado em pôr à disposição dos cidadãos alimentos seguros e a preços acessíveis e a garantir um nível de vida adequado aos agricultores. Por ser originário de uma região rural da Polónia, acredito firmemente na necessidade de apoiar as comunidades rurais.

Tenho experiência em direito, política e auditoria pública. Na Polónia, fui juiz a nível regional e provincial antes de ser nomeado para o Tribunal de Recurso e para o Supremo Tribunal de Justiça. Fui membro do Parlamento da Polónia, onde fui vice-presidente. Fui eleito presidente do Supremo Tribunal de Contas da Polónia, cargo que desempenhei durante seis anos. Em 2004, fui eleito deputado ao Parlamento Europeu. No Parlamento, fui membro suplente da Comissão dos Orçamentos, membro de várias delegações junto de países vizinhos e membro da Comissão do Controlo Orçamental. De 2004 a 2016, fui vice-presidente da Comissão da Agricultura e Desenvolvimento Rural e presidente do Intergupo «Bem-Estar e Proteção dos Animais», também no Parlamento Europeu. Em 2016, fui nomeado para o Tribunal de Contas Europeu no Luxemburgo.

Enquanto membro do Parlamento Europeu, estive bastante empenhado nas questões do bem-estar animal, dos preços dos produtos alimentares e da rotulagem dos géneros alimentícios biológicos. Pude testemunhar a sensibilidade das questões ligadas à agricultura e ao desenvolvimento rural, na medida em que afetam diretamente os cidadãos. Aprendi a importância de ouvir diferentes opiniões. Também compreendi o forte desejo, comum aos deputados do Parlamento, de trabalhar e encontrar soluções em conjunto para fazer face aos muitos desafios que o setor agrícola enfrenta.

No Tribunal de Contas, continuei a dedicar-me a assuntos relacionados com a agricultura. Fui responsável por relatórios sobre medidas de apoio aos jovens agricultores, ao bem-estar animal, à programação do desenvolvimento rural e ao sistema de proteção dos cidadãos contra os riscos químicos nos alimentos. Fui igualmente responsável por um relatório importante que salientou os custos humanos e económicos da má qualidade do ar.

No entanto, não sou uma pessoa que se tenha limitado a observar o setor agrícola à distância. Nasci e cresci numa zona rural com uma longa tradição agrícola. Aprendi a apreciar o que é o trabalho no campo. Acredito que é algo que uma pessoa tem de experienciar por si própria para poder compreender os agricultores.

Considerarei uma honra e um privilégio poder apoiar o método de trabalho aberto, inclusivo e cooperativo da presidente eleita Ursula von der Leyen, trabalhando com ela e com o colégio de comissários para defender as prioridades da União Europeia e enfrentar os desafios que se avizinham. Procurarei trabalhar para a prosperidade dos agricultores e das pessoas que vivem nas zonas rurais.

A presidente eleita colocou a igualdade de género no topo da sua agenda e comprometeu-se a dar o exemplo, constituindo um Colégio totalmente equilibrado em termos de género. Tenciono aplicar o mesmo princípio à minha equipa. Acredito igualmente que um reforço da integração da perspetiva de género na definição de políticas possibilita uma melhor utilização dos recursos, torna as políticas mais eficientes, apoia o desenvolvimento sustentável e cria sociedades mais justas. Este aspeto é muito importante para a minha pasta, uma vez que menos de um terço das explorações agrícolas da UE são geridas por mulheres, e eu esforçar-me-ei por melhorar esta situação.

Durante o período em que fui funcionário público tive plena consciência da importância de evitar qualquer posição ou situação que pusesse em causa a minha independência, imparcialidade e disponibilidade. Enquanto membro do Tribunal de Contas Europeu, respeitei escrupulosamente as minhas obrigações para com a instituição, tanto no que diz respeito às minhas declarações de interesses financeiros como à minha obrigação de agir no interesse europeu sem aceitar quaisquer instruções. Continuarei, com extrema vigilância, a evitar ou resolver qualquer situação que possa interferir com o exercício das minhas funções.

2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu

De que modo avaliaria o seu papel enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigado a prestar contas, perante o Parlamento, por ações suas ou dos seus serviços? Que compromissos específicos está disposto a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação e de acompanhamento efetivo das posições e dos pedidos do Parlamento em matéria de iniciativa legislativa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposto a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?

É uma honra ter a oportunidade de assumir este cargo num momento crucial para a UE e para o futuro da agricultura europeia. A reforma da política agrícola comum será fundamental para o futuro dos agricultores e dos cidadãos. Temos de responder aos seus anseios. Temos de definir uma política moderna, eficaz e simplificada. Devemos tornar-nos um continente neutro em emissões de carbono e lidar com as alterações climáticas. Precisamos de uma visão a

longo prazo para as nossas zonas rurais. Uma parte essencial do meu papel será alcançar o equilíbrio adequado entre estes objetivos, o que não pode ser feito de forma isolada. Encaro a minha pasta como uma encruzilhada de muitas políticas e tenciono trabalhar com os outros membros da Comissão com o mesmo espírito de cooperação que está no âmago da visão da presidente eleita. Tenciono igualmente contribuir, na medida do necessário, para o trabalho da Comissão sobre o Quadro Financeiro Plurianual após 2020 e no contexto internacional.

A minha experiência como deputado ao Parlamento Europeu e como membro do Tribunal de Contas Europeu conferiu-me um conhecimento exaustivo e em primeira mão da importância da responsabilidade e da responsabilização no seio das instituições da UE e entre elas. Enquanto membro responsável por um relatório de auditoria, a última responsabilidade era minha, apesar de o relatório ser aprovado por todos os membros do Tribunal. A elaboração de políticas da UE é um processo complexo, com a Comissão a colaborar com dois legisladores em pé de igualdade. Estou plenamente preparado para assumir a responsabilidade política por ações nos domínios da agricultura e do desenvolvimento rural, trabalhando simultaneamente com os outros membros da Comissão e respeitando o princípio da colegialidade. Estou plenamente consciente do que o Parlamento espera, a justo título, de mim em termos de comunicação aberta, regular e sincera. Na Comissão, a presidente eleita definiu muito claramente como pretende que se relacionem entre si os comissários cujos domínios de ação se inserem no âmbito do Pacto Ecológico Europeu. Estou pronto a desempenhar plenamente o meu papel nesse processo.

Acredito firmemente que a transparência é essencial para reforçar a legitimidade e a sustentabilidade democráticas da UE e ganhar a confiança dos seus cidadãos. A nível pessoal, divulgarei todos os meus contactos e reuniões com organizações profissionais ou indivíduos sobre questões relacionadas com a política da UE, em conformidade com as regras da Comissão aplicáveis. A nível institucional, colaborarei com o Parlamento num espírito de abertura e cooperação, reforçando a parceria mútua.

Doze anos como deputado ao Parlamento Europeu inculcaram-me a importância da igualdade de tratamento do Parlamento Europeu e do Conselho, bem como a forte ligação entre o Parlamento e a Comissão. Prestarei especial atenção ao Acordo Interinstitucional «Legislar Melhor» e subscrevo inteiramente o compromisso da presidente eleita de apoiar o direito de iniciativa do Parlamento Europeu.

Perguntas da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

1. Em junho de 2018, a Comissão apresentou propostas sobre uma nova PAC. Trata-se de uma reforma importante, em que temos a possibilidade de reforçar a competitividade do setor e de obter mais resultados relativamente ao ambiente. Qual é a posição do Comissário indigitado sobre os dossiês propostos e, mais especificamente, o novo modelo de prestação e os seus planos estratégicos? O Comissário indigitado tenciona alterar elementos das propostas? Em caso afirmativo, de que forma? O Comissário indigitado tenciona apertar e reforçar os controlos, a fim de garantir que os Estados-Membros alcancem objetivos europeus comuns, justifiquem a despesa pública e garantam condições de concorrência equitativas a nível europeu? Como pode a futura PAC manter o número de agricultores e assegurar a renovação geracional? Qual é a sua visão a longo prazo para a agricultura e as zonas rurais?

A presidente eleita anunciou um Pacto Ecológico Europeu que apresenta uma ambição clara para a UE: tornar-se o primeiro continente com impacto neutro no clima, preservar o ambiente natural da Europa e prosseguir a ambição de pôr termo à poluição. A agricultura europeia e a política agrícola comum (PAC) devem desempenhar um papel fundamental neste processo. O Pacto Ecológico Europeu irá estabelecer a visão e a estratégia para a agricultura europeia nas próximas décadas. Certificar-me-ei de que o contributo da agricultura europeia é ambicioso, equitativo e baseado em dados concretos.

Os agricultores europeus dão um importante contributo à nossa sociedade no que respeita à produção alimentar, à prestação de serviços ambientais e climáticos e enquanto parte de zonas rurais mais vastas, cujas comunidades desempenham um papel fundamental no tecido socioeconómico e na diversidade cultural da Europa. Uma das missões essenciais da Europa é proporcionar produtos alimentares a preços acessíveis aos cidadãos e um nível de vida adequado aos agricultores. Chegou o momento de debater com os agricultores que tipo de agricultura herdarão os seus filhos, que agricultura teremos em meados deste século e de que forma percorreremos juntos este caminho.

O setor agrícola, que está a sofrer transformações profundas, enfrenta desafios importantes: o processo de globalização em curso, as alterações climáticas, as mudanças nos padrões de consumo, a necessidade de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, de melhorar a proteção dos recursos naturais e de dedicar cada vez mais atenção à proteção da saúde humana e animal.

Todos estes aspetos exigem uma atuação forte a nível europeu, numa perspetiva de longo prazo, que apoie a população agrícola na adaptação a um mundo em mudança. Em simultâneo, devemos concentrar-nos em tornar a nossa agricultura mais sustentável e em atenuar os impactos negativos no clima e no ambiente.

Acredito firmemente que a PAC tem sido determinante para a preservação do modelo de agricultura familiar da Europa e que continuará a ser decisiva para que os agricultores possam adaptar-se com êxito aos novos desafios. A agricultura da UE está cada vez mais exposta aos efeitos das alterações climáticas e mais vulnerável às mudanças nos mercados mundiais. Por isso, devemos concentrar esforços em dar segurança e estabilidade aos agricultores, uma vez que a produção de alimentos na Europa só será possível se eles e as suas famílias tiverem uma vida digna. Precisamos de uma política que apoie o rendimento suficiente das explorações agrícolas, que favoreça a resiliência em todos os territórios, que melhore a nossa competitividade e que transforme a agricultura numa atividade atrativa para os jovens.

No entanto, só conseguiremos cumprir estes objetivos tornando mais eficaz a nossa política e criando um sistema de apoio mais equitativo que garanta a utilização dos recursos públicos onde eles são mais necessários. Sou favorável à existência de regras obrigatórias a nível da UE para redistribuir o apoio direto e torná-lo degressivo em benefício das explorações familiares de menor dimensão. Além disso, os jovens agricultores necessitam de mais apoio específico para fazer face aos obstáculos que enfrentam para entrar no setor (por exemplo, o acesso à terra, ao crédito e ao conhecimento). Para cumprir esse objetivo, dois por cento do financiamento do primeiro pilar são reservados para as subvenções de instalação e para os pagamentos aos jovens agricultores.

Os desafios ambientais e climáticos da atualidade exigem uma transformação no nosso sistema agrícola. Tenho orgulho de integrar o grupo de comissários do Pacto Ecológico Europeu, que visa ajudar os agricultores a desempenhar o seu papel na transição para uma sociedade com impacto neutro no clima até 2050 e a elaborar uma visão para o conseguir. Uma combinação de condições obrigatórias para todos os agricultores na União, com um fortalecimento dos regimes ambientais voluntários (como as medidas agroambientais e climáticas e os novos regimes ecológicos), ajudará a manter um mercado comum e a criar os incentivos à mudança para que obtenhamos resultados neste domínio.

Acresce que é claramente necessário simplificar a política e disseminar a utilização de novas tecnologias e práticas pela população agrícola. No mundo contemporâneo, só seremos eficazes se pensarmos e agirmos em toda a cadeia de valor, de acordo com a renovada estratégia «do prado ao prato», que permita a todo o sistema de produção alimentar dar respostas aos desafios em matéria de sustentabilidade.

Considero que as propostas da Comissão de 2018 constituem uma base sólida para modernizar e simplificar a PAC e aumentar a sua ambição ambiental e climática. A minha primeira prioridade será colaborar e negociar com o Parlamento Europeu e o Conselho para alcançar um acordo político. Terei muito gosto em empenhar-me nestas negociações e dar o meu contributo para a obtenção de resultados ambiciosos em matéria de segurança alimentar e de objetivos ambientais e climáticos que contribuam para a realização dos objetivos gerais do Pacto Ecológico Europeu, incluindo os decorrentes da estratégia da Comissão «do prado ao prato» e da ambição de poluição nula. Quero incentivar a adoção de tecnologias digitais e assegurar que o setor continue a ser competitivo, com um rendimento adequado para todos os agricultores e mais apoio aos jovens agricultores. Para tal, temos de acabar com a clivagem digital entre as zonas rurais e urbanas, pelo que intensificarei os trabalhos neste sentido.

Planos estratégicos

Considero que, como europeus, partilhamos a convicção de que é necessária uma política agrícola comum forte que sirva objetivos comuns europeus com regras comuns claras. Considero também que os regulamentos propostos proporcionam este quadro comum. Estou pronto a colaborar com o Parlamento Europeu para garantir as salvaguardas adequadas para preservar condições de concorrência equitativas. No âmbito deste quadro comum, os futuros planos estratégicos da PAC serão a ferramenta adequada para garantir que as medidas e o financiamento sejam direcionados e eficazes. Simultaneamente, devemos reconhecer que uma abordagem única não se adequa a uma União de 27 e que precisamos de proporcionar mais flexibilidade aos Estados-Membros para conceberem as suas intervenções de acordo com necessidades e especificidades próprias.

Sendo um auditor experiente, acredito numa mudança para uma política orientada para os resultados e penso que a despesa pública deve centrar-se na obtenção de resultados mensuráveis. Estou pronto para colaborar com o Parlamento Europeu e os Estados-Membros para garantir que esta mudança na gestão da PAC seja satisfatória, tanto para os agricultores como para as administrações públicas.

Novo modelo de prestação

Acredito que a Comissão Europeia e os Estados-Membros têm capacidade para colocar em prática um sistema robusto para gerir e controlar a futura PAC. Atualmente, a PAC tem uma estrutura sólida de organismos de governação e de sistemas de controlo, tais como organismos

pagadores acreditados e organismos de certificação, o sistema integrado de gestão e de controlo e o sistema de identificação das parcelas agrícolas. Todos nós fizemos esforços importantes para garantir que estes organismos funcionem bem e proporcionem um elevado nível de segurança, como demonstram as baixas taxas de erro dos últimos anos.

Foram introduzidas salvaguardas na proposta com vista a assegurar condições de concorrência equitativas na aplicação da política, cujo valor acrescentado está fortemente enraizado num conjunto comum de objetivos específicos.

Estou pronto a dar instruções aos serviços sob minha responsabilidade para que trabalhem intensamente com os Estados-Membros na preparação da aplicação da reforma da PAC e vou empenhar-me para que o processo de aprovação dos futuros planos estratégicos da PAC seja transparente. Respeitarei o compromisso assumido pela presidente eleita Ursula von der Leyen quanto à construção de uma parceria reforçada com o Parlamento Europeu e manter-vos-ei informados regularmente sobre os progressos realizados na aplicação da nova política.

Alcançar rapidamente um resultado ambicioso em matéria de reforma da PAC será um passo importante para o desenvolvimento e a aplicação da estratégia «do prado ao prato». Terei muito gosto em trabalhar com o vice-presidente executivo e o grupo de comissários para o Pacto Ecológico Europeu com vista melhorar a sustentabilidade do processo de produção alimentar e assim permitir um futuro a longo prazo para os agricultores na Europa.

Visão a longo prazo para as zonas rurais

Questionaram-me igualmente sobre a minha visão a longo prazo para as zonas rurais. Estou firmemente convicto de que não é possível ter uma estratégia a longo prazo para a agricultura sem simultaneamente garantir a continuidade da importância e do dinamismo das zonas rurais da Europa. Nesta matéria, continuarei a defender o papel fundamental da PAC no desenvolvimento dos territórios rurais.

Na sequência do pedido da presidente eleita, trabalharei numa nova visão a longo prazo para as zonas rurais, em estreita colaboração com o vice-presidente para a Democracia e Demografia e com o comissário da Coesão e Reformas, assegurando que as necessidades das zonas rurais são especificamente contempladas nos planos estratégicos nacionais elaborados no quadro da nova política agrícola comum.

Gostaria de transmitir claramente aos cidadãos das zonas rurais que eles não são ignorados e que as necessidades específicas das zonas rurais estarão novamente no centro das atenções dos decisores políticos. O objetivo é reunir os cidadãos, as partes interessadas e os decisores políticos de todos os setores e níveis de governação em torno de uma visão comum para as zonas rurais, o que deve ser feito em concertação estreita com as pessoas que vivem nessas zonas, bem como com os órgãos de poder local e regional.

2. Os produtores primários de certos produtos agrícolas estão preocupados com o facto de a agenda comercial da atual Comissão ter oferecido concessões em matéria de acesso ao mercado da UE de produtos produzidos ao abrigo de normas diferentes das da UE. Não obstante as garantias dadas, os agricultores continuam preocupados com o facto de a agricultura da UE estar a ser sacrificada para obter concessões comerciais em favor de outros setores não agrícolas/alimentares. Como pode garantir que, nas negociações comerciais, as preocupações da comunidade agrícola

sejam tidas em conta e que as importações de países terceiros cumpram as elevadas normas da UE em matéria de ambiente, proteção social, segurança alimentar e bem-estar dos animais? Qual é a sua posição sobre a possibilidade de excluir os produtos agrícolas de setores sensíveis de futuros acordos comerciais? Enquanto novo Comissário da Agricultura, tenciona promover a inclusão de condições ambientais rigorosas e vinculativas em qualquer novo acordo comercial? Como tenciona colaborar com o novo Comissário do Comércio? Assume o compromisso de informar adequada e atempadamente a comissão AGRI sobre questões relacionadas com o comércio internacional?

Benefícios da política comercial da UE para o setor agrícola da UE

Há muito que a UE defende o sistema de comércio mundial baseado em regras e apoia políticas comerciais sustentáveis, aspetos que considero particularmente importantes. A Europa é um exportador altamente competitivo de produtos agroalimentares no valor de cerca de 140 mil milhões de euros por ano. Os produtos agroalimentares da UE têm a reputação de serem seguros, produzidos de forma sustentável, nutritivos e de elevada qualidade. Velarei por que esse continue a ser o nosso argumento-chave no mercado. Com a crescente pressão das alterações climáticas, não podemos partir do princípio de que a segurança alimentar plena esteja garantida durante as próximas décadas. Neste contexto, a Comissão Europeia prosseguirá a política comercial com o objetivo de promover e defender os interesses de todos os cidadãos da UE, nomeadamente os agricultores e os consumidores, e de integrar as preocupações em matéria de clima e sustentabilidade na nossa política comercial. É essencial aproveitar as vantagens do comércio sem abandonar os cidadãos.

Todo o setor agroalimentar da UE beneficia das oportunidades que o comércio internacional proporciona, designadamente acesso alargado ao mercado de países terceiros e outros instrumentos de apoio como a proteção conferida por indicações geográficas europeias. Em consequência, a UE tem sido, nos últimos nove anos, um exportador líquido de produtos agroalimentares, o que contribuiu para criar empregos e oportunidades nas comunidades rurais em toda a União. Abrimos os nossos mercados mas mantivemos as nossas rigorosas normas sanitárias e fitossanitárias, que são consideradas uma referência mundial.

As perspetivas globais para o comércio de produtos agroalimentares são positivas: a procura mundial de produtos alimentares irá provavelmente aumentar devido ao crescimento da população e dos rendimentos, em conjunto com as alterações nas preferências dos consumidores. Os agricultores e o setor agroalimentar europeus podem tirar partido destas oportunidades, nomeadamente devido à excelente reputação em termos de segurança e qualidade dos produtos alimentares.

Assegurar acordos comerciais equilibrados e proteger os setores sensíveis da UE

Os acordos comerciais celebrados pela UE foram cuidadosamente calibrados tendo em conta a situação específica dos setores sensíveis em cada acordo. Por outro lado, o aumento do acesso ao mercado da UE em alguns destes setores tem sido uma exigência fundamental dos parceiros comerciais nas negociações.

A avaliação pela Comissão da situação e das perspetivas do mercado, os estudos de impacto como o estudo sobre o impacto cumulativo dos acordos comerciais, bem como as consultas alargadas com os Estados-Membros e as partes interessadas, ajudaram-nos a medir

cuidadosamente os desafios que se colocam aos vários setores agroalimentares. Estes processos de consulta e de avaliação deram bons resultados, pelo que serão prosseguidos e reforçados. Farei a análise de todo o material disponível, que complementarei, se necessário, com uma atualização do estudo de impacto cumulativo que tenha em conta os resultados das negociações mais recentes.

Nos acordos comerciais com os principais atores do setor agrícola, a Comissão adotou uma série de medidas que, embora ofereçam um acesso comercial valioso ao nosso mercado, atenuam os eventuais efeitos negativos sobre os produtos sensíveis para a UE. Nestas medidas incluem-se contingentes pautais cuidadosamente dimensionados, direitos dentro do contingente e segmentação dos produtos, períodos de escalonamento longos e instrumentos de salvaguarda, que visam assegurar um tratamento equitativo e equilibrado, com oportunidades e benefícios mútuos.

Em conjunto com o membro da Comissão responsável pelo Comércio, tenciono continuar a assegurar que o comércio internacional seja um dos principais motores do desenvolvimento do setor agrícola da UE, criando emprego e oportunidades para as populações rurais sem ignorar o caráter particularmente sensível de alguns setores agrícolas da União. Estou igualmente empenhado em reforçar o sistema de indicações geográficas da UE para tornar este instrumento de política ainda mais vantajoso para os agricultores e as zonas rurais.

Sempre que adequado, os produtos agrícolas sensíveis devem continuar a ter um tratamento particular nas negociações internacionais, de modo a que o acordo final contemple as sensibilidades dos setores em causa.

Proteger as normas exigentes da UE

Sendo o segundo maior importador e o maior exportador mundial, a UE está bem colocada para defender a existência de normas sobre produtos alimentares de elevada qualidade a nível internacional. A UE tem estado muito ativa nas instâncias internacionais competentes na defesa do aumento do nível de exigência das normas em matéria de proteção do ambiente, proteção social, segurança alimentar e bem-estar animal, e que as mesmas se apliquem aos produtores em todo o mundo.

As nossas regras e normas são inegociáveis. Todas as importações para a UE têm de cumprir as regras da União em matéria de saúde pública, segurança dos alimentos, sanidade animal e fitossanidade. As normas sanitárias e fitossanitárias da UE são aplicáveis da mesma forma a todos os produtos no mercado interno da União, quer importados quer produzidos internamente. Devemos igualmente estar cientes da necessidade de assegurar a conformidade com as nossas normas sociais e ambientais que, em muitos casos, são mais exigentes do que no resto do mundo.

A legislação da UE em matéria de bem-estar no abate dos animais aplica-se igualmente às importações. A conformidade ou equivalência com essa legislação é aferida após verificações no local efetuadas pela Comissão.

A UE está fortemente empenhada em incluir disposições em matéria de normas e de conformidade nos acordos comerciais bilaterais que negocia, nomeadamente por meio da inclusão de capítulos sobre comércio e desenvolvimento sustentável. Nas nossas avaliações do impacto na sustentabilidade analisamos cuidadosamente os impactos sociais, ambientais e

económicos dos acordos comerciais. A presidente eleita afirmou claramente que «cada novo acordo comercial celebrado terá um capítulo dedicado ao desenvolvimento sustentável».

Os acordos comerciais, tanto nas respetivas partes relativas ao comércio como nas relativas à cooperação, preverão novas plataformas de diálogo com os países terceiros sobre o reforço combinado da proteção do ambiente e da luta contra as alterações climáticas.

Trabalhar com o comissário do Comércio

Estou empenhado em assegurar que todos os produtos comercializados na UE respeitem as nossas exigentes normas e a envidar todos os esforços para que os nossos parceiros comerciais harmonizem as suas normas pelas nossas. Trabalharei em estreita colaboração com o membro da Comissão responsável pelo Comércio para garantir que o comércio aberto e justo se baseie em regras mundiais eficazes, exequíveis e que criem condições de concorrência equitativas para todos.

Uma das novidades é a nomeação pelo Colégio de um responsável em matéria de comércio, que trabalhará sob a orientação direta do membro da Comissão responsável pelo Comércio com vista a acompanhar e melhorar a conformidade dos nossos acordos comerciais, incluindo o capítulo dedicado ao desenvolvimento sustentável. Assim, iremos acompanhar de perto a aplicação das disposições em matéria de proteção laboral, ambiental e do clima consagradas nos nossos acordos comerciais, adotando uma tolerância zero em relação ao trabalho infantil. Além disso, este novo responsável em matéria de comércio prestará regularmente informações sobre a matéria e manterá o Parlamento Europeu e o Conselho a par de todas as novidades.

Relações com o Parlamento Europeu

Tomarei a iniciativa de informar o Parlamento Europeu e as suas comissões competentes sobre todas as questões relacionadas com o comércio de produtos agrícolas, em conformidade com as regras interinstitucionais. O Parlamento Europeu será regularmente informado em todas as fases de todas as negociações internacionais. Dada a importância do setor agroalimentar nas relações e negociações comerciais, comprometo-me a contribuir para a prestação desta informação e para os debates sobre questões internacionais com os deputados ao Parlamento Europeu.

- 3. Um dos principais objetivos da futura política agrícola comum é reforçar a contribuição da agricultura europeia em matéria de proteção do ambiente, biodiversidade, paisagem e impacto das alterações climáticas. Qual é, na sua opinião, o âmbito de aplicação dos ajustamentos da reforma da PAC nestes domínios? Como pensa encontrar um equilíbrio adequado entre as preocupações ambientais e a necessidade de produzir alimentos a preços justos? Como vê o desenvolvimento da política agrícola no seu conjunto, primordialmente em termos da estratégia «do prado ao prato» para alimentos sustentáveis da Presidente eleita? E como se pode ela traduzir em ações quotidianas para os agricultores, no domínio do clima e da forma como a agricultura e a silvicultura podem fornecer soluções para sumidouros de carbono, tendo em conta o aspeto de LULUCF, etc.? Qual é a sua ambição em termos da redução do uso de pesticidas e de sustentar a perda de biodiversidade e como pensa alcançar isso? Até que ponto o ato de delegar nos Estados-Membros a**

responsabilidade total pela definição duma estratégia ambiciosa para combater esta emergência pode ser a melhor solução possível para a UE? Enquanto Comissário, como pode garantir que os Estados-Membros apresentarão resultados nesta área?

No que toca ao ambiente, a minha experiência diz-me que os bons agricultores não precisam que lhes digam como devem cuidar das suas terras ou dos seus animais. Fazem isso todos os dias. Reconheço plenamente que a UE enfrenta importantes desafios em matéria de alterações climáticas (tanto na atenuação como na adaptação), biodiversidade e recursos naturais do solo, da água e do ar. A resposta a estes desafios provocará muitas tensões e pressões sociais e económicas, mas devemos transformá-las em oportunidades. O setor agrícola e as zonas rurais devem desempenhar o seu papel neste difícil processo. A PAC, em especial, deve ajudar os agricultores europeus a melhorar a sustentabilidade da sua produção de alimentos e dos recursos naturais. A PAC e os agricultores podem dar um importante contributo ao Pacto Ecológico Europeu anunciado pela presidente eleita. Estamos prontos para ajudar os agricultores a proteger melhor o ambiente.

O ambiente e o clima na proposta de reforma da PAC

As propostas para a reforma da PAC são um passo importante para a melhoria dos instrumentos que ajudem os agricultores a produzir de forma mais sustentável. Garanto o meu apoio total ao Parlamento Europeu e ao Conselho nas negociações sobre esta reforma e teria muito gosto em assegurar que o resultado correspondesse ao nível de ambição em matéria de ambiente e de clima anunciado pela presidente eleita.

Por conseguinte, apoio plenamente a alteração que a reforma introduziu na abordagem global no sentido de tornar a PAC mais verde, tendo simultaneamente em conta considerações de ordem social e económica. Mais do que estabelecer regras sobre as práticas agrícolas a nível da UE, a futura PAC deve concentrar-se em melhorar a rentabilização dos recursos investidos. Trata-se de encontrar um equilíbrio entre os elementos da legislação da UE comuns a todos os Estados-Membros e a flexibilidade oferecida aos Estados-Membros para utilizarem a PAC de forma ajustada às suas situações específicas, sejam elas o norte ou o sul, a carne de bovino ou as laranjas. Esta flexibilidade é extremamente importante. Por exemplo, as necessidades de uma determinada zona cultivada de modo extensivo num país podem ser muito diferentes das de uma zona cultivada de modo intensivo noutro país. Os objetivos e regras comuns propostos, nomeadamente o sistema comum de medição dos resultados, permitirão fazer o acompanhamento e garantir que cada Estado-Membro faça o que lhe compete para cumprir os compromissos em matéria de sustentabilidade.

Outro elemento essencial da proposta diz respeito à articulação com a legislação da UE no domínio do ambiente e do clima. Creio que a PAC deve ajudar os agricultores a cumprir objetivos ambientais, muitos dos quais são exigentes. Cada Estado-Membro será incentivado a indicar no respetivo plano estratégico da PAC a forma como tenciona utilizar os instrumentos de política agrícola para ajudar a cumprir as ambiciosas metas europeias que decorrem da legislação da UE em matéria de alterações climáticas, energia, água, qualidade do ar, biodiversidade e pesticidas. A título de exemplo, todos os Estados-Membros têm de reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa por força do Regulamento Partilha de Esforços, que abrange parte das emissões provenientes da agricultura. O plano da PAC de cada Estado-Membro terá de indicar qual a contribuição da PAC para cumprir essa meta.

Gostaria ainda de referir os elementos da proposta de reforma da PAC relativos às normas de base que os agricultores terão de respeitar, principalmente no âmbito do sistema de

condicionalidade reforçada. Há várias normas novas e melhoradas que visam o ambiente e o clima. Uma é a proteção das zonas húmidas e das turfeiras, que são importantes reservas de carbono. Outra é a utilização de uma ferramenta de sustentabilidade dos nutrientes nas explorações agrícolas, para ajudar a melhorar a gestão dos nutrientes. Além disso, algumas obrigações da diretiva relativa à utilização sustentável dos pesticidas passariam igualmente a fazer parte do sistema de condicionalidade. Esta é uma das várias formas previstas para que a PAC melhore as prestações do setor agrícola quanto à utilização de pesticidas. A inovação, a investigação e a transferência de conhecimentos são essenciais para ajudar os agricultores nesta transição. A nova missão do Horizonte 2020 dedicada aos solos apresenta uma abordagem original para assegurar que a inovação dê resposta às necessidades dos agricultores.

No âmbito da futura PAC, os instrumentos de financiamento propostos são tão importantes como o sistema de normas de base. É essencial incentivar os agricultores a adotarem práticas sustentáveis. É o que fará o novo instrumento proposto, os chamados regimes ecológicos, que permitirá despende uma parte considerável do financiamento do primeiro pilar da PAC na proteção do ambiente e do clima, aumentando o apoio atualmente disponível para o desenvolvimento rural.

Sempre fui um firme apoiante da política de desenvolvimento rural, pelo que estarei a favor dos pagamentos agro-climático-ambientais, bem conhecidos e de grande valor, e dos investimentos ecológicos (incluindo o repovoamento florestal). Também a formação, a inovação e a cooperação serão incentivadas porque são essenciais para assegurar a divulgação de práticas inovadoras que possam conciliar as necessidades de alimentos a preços adequados com as preocupações ambientais e climáticas.

Saliento que, de um modo geral, todos os Estados-Membros terão de demonstrar mais ambição relativamente ao ambiente e ao clima na respetiva utilização da PAC do que no período atual. Espero receber o apoio do Parlamento Europeu para garantir que tal seja possível nos termos da legislação acordada.

Estou disposto a chegar a um acordo político sobre a reforma da PAC que permita apoiar ações orientadas para a luta contra as alterações climáticas e outros desafios ambientais nas explorações agrícolas. Permitam-me aprofundar esta questão. Pretendo assegurar que os agricultores possam receber apoio para melhorar a rotação de culturas e a gestão da mobilização do solo, para fixar mais carbono no solo e aumentar a capacidade de armazenagem de carbono das terras aráveis. Os agricultores poderão participar num regime ecológico no âmbito do primeiro pilar da PAC, para excluir da produção uma parte suplementar dos seus terrenos, transformando-os num refúgio para a biodiversidade. Além disso, poderão receber uma compensação no âmbito do segundo pilar da PAC, caso reduzam a utilização de pesticidas. A agricultura é atualmente o único setor que regista um aumento das emissões de poluentes atmosféricos e a única fonte de poluição atmosférica que não está diretamente regulamentada. Devemos apoiar os agricultores na redução destas emissões. Podem utilizar o apoio a investimentos para tornar os seus sistemas de armazenagem ou de irrigação mais eficientes ou para mudar para a agricultura de precisão. Podem também converter-se em agricultura biológica. Gostaria de assegurar que a elevada ambição do Pacto Ecológico Europeu se traduza num apoio igualmente ambicioso às explorações agrícolas europeias, que ajude as famílias de agricultores a prepararem-se para um futuro sustentável.

As propostas da Comissão para a reforma da PAC delegam nos Estados-Membros a responsabilidade de definirem uma estratégia de resposta ao desafio das alterações climáticas,

ou a qualquer outro desafio, de modo a utilizarem a PAC segundo modalidades adaptadas às suas situações específicas. Não obstante, os Estados-Membros seriam em todo o caso orientados por objetivos, normas de base, tipos de ações financiadas e indicadores comuns. Além disso, ao avaliar cada plano estratégico da PAC, a Comissão só o aprovaria se este fosse adequado para cumprir os objetivos e responder aos desafios. Por último, o acompanhamento e a avaliação contínuos dos planos estratégicos da PAC permitiriam identificar eventuais problemas durante o período de execução.

Contexto geral: a estratégia «do prado ao prato»

Creio que devemos preservar o trabalho dos agricultores, que é essencial para fornecer aos europeus produtos alimentares de elevada qualidade, nutritivos, a preços acessíveis e seguros. Acredito igualmente que a segurança alimentar tem de ser garantida tendo plenamente em conta os recursos limitados de que dispomos e a necessidade de preservar e melhorar as condições. Solos de boa qualidade, a boa saúde da biodiversidade e dos polinizadores, bem como um clima adequado, são elementos imprescindíveis para a produção, e os agricultores sabem-no. Importa também ter integralmente em conta as expectativas da sociedade, quanto à exigência de alimentos nutritivos mas também seguros e a preços acessíveis. Estou plenamente consciente de que, para concretizar a nova estratégia «do prado ao prato» para um sistema alimentar mais sustentável, precisamos do apoio de todos os agricultores, das partes interessadas e dos consumidores.

Para além da reflexão sobre o atual regime jurídico de autorização, comercialização e utilização de pesticidas, a cargo do membro da Comissão responsável pela Saúde, a PAC reformada desempenhará um papel importante para que se vá mais além, mobilizando os agricultores e as partes interessadas a favor da utilização mais sustentável possível dos pesticidas. Ainda que os agricultores possam te de continuar a utilizar pesticidas, há que os orientar para uma menor dependência e soluções alternativas viáveis para uma melhor e mais sustentável proteção das culturas, privilegiando, por exemplo, variedades resistentes, pesticidas de baixo risco, instrumentos mecânicos ou práticas alternativas. A PAC pode ser um instrumento eficaz para impulsionar essa mudança no âmbito da estratégia «do prado ao prato», que faz parte do salto qualitativo consubstanciado no Pacto Ecológico Europeu.

Para que os sistemas de produção alimentar sejam sustentáveis, devem funcionar em apoio e sintonia com a nossa determinação em combater as alterações climáticas e proteger os recursos naturais e a biodiversidade. Contudo, devem também proporcionar retorno financeiro adequado aos agricultores e a outros agentes económicos. Quero que os sistemas alimentares sejam um motor de sucesso alimentado por normas exigentes, novos produtos e práticas, processos expeditos e eficientes, e possam dar resposta às necessidades individuais e da sociedade.

A PAC tem certamente um papel essencial a desempenhar neste contexto, já que dispõe de instrumentos que visam não só os agricultores mas também outros agentes da cadeia de abastecimento alimentar. Estou decidido a colaborar com o vice-presidente executivo para o Pacto Ecológico Europeu – e, obviamente, convosco – para assegurar que a agricultura desempenhe o seu papel na transformação da transição ecológica da Europa.

- 4. No que diz respeito ao orçamento da PAC e aos desafios que se colocam à agricultura e às zonas rurais, concorda que o orçamento deve ser mantido aos níveis atuais? Que medidas irá tomar para defender os interesses dos agricultores e das comunidades rurais? Como irá abordar esta questão e qual é a sua posição sobre os cortes particularmente graves previstos para o desenvolvimento rural? Tendo em conta a evolução registada nos últimos anos no que diz respeito às guerras comerciais, às alterações climáticas e ao Brexit, na sua opinião, qual deveria ser a quota-parte da política agrícola comum no próximo QFP 2021-2027? Como fará para garantir uma distribuição equitativa dos pagamentos da PAC entre os agricultores?**

Manter o financiamento da PAC aos níveis atuais

Uma parte importante da confiança que os cidadãos depositam em nós deve-se à utilização eficiente e eficaz que fazemos do seu dinheiro, o que significa que não podemos fazer promessas que não consigamos cumprir. O orçamento da UE é um instrumento essencial para concretizar as prioridades e as ambições da União. Será importante assegurar que as iniciativas delineadas nas orientações políticas da presidente eleita possam ser plenamente integradas no próximo quadro financeiro.

A proposta da Comissão de maio de 2018 sobre o quadro financeiro plurianual para 2021-2027 tem de ser vista num contexto alargado. Precisamos de um orçamento da UE moderno e ambicioso, capaz de responder tanto aos desafios tradicionais como às novas prioridades. Além disso, com o Brexit, foi necessário ter em conta a perda de um importante contribuinte líquido para o orçamento da UE. De um modo geral, considero que a proposta é razoável e equilibrada.

Neste contexto difícil, a Comissão propôs para a PAC um total de 365 mil milhões de euros (a preços correntes), o que corresponde a 28,5 % do quadro financeiro plurianual para 2021-2027. O financiamento proposto demonstra a importância que a agricultura tem na UE e continuará igualmente a ter após 2020.

No que respeita ao desenvolvimento rural, a redução do financiamento da UE deve ser vista em conjunto com a proposta de aumento do cofinanciamento nacional. Trata-se de reequilibrar o apoio entre os orçamentos da UE e dos Estados-Membros, com o objetivo de manter um nível adequado de apoio público às zonas rurais. Isto significa igualmente que as mudanças mais modestas propostas para o financiamento do primeiro pilar da PAC asseguram que os pagamentos diretos continuarão a desempenhar um papel determinante de apoio ao rendimento dos agricultores.

Além disso, a proposta confirma a flexibilidade reconhecida aos Estados-Membros de transferirem fundos entre os pagamentos diretos e o desenvolvimento rural, e prevê outras possibilidades em relação a objetivos ambientais ou climáticos.

É essencial prosseguir as negociações com celeridade e determinação para evitar atrasos que prejudiquem o lançamento dos novos programas. Neste contexto, defenderei que as repercussões de um orçamento significativamente menor far-se-iam sentir por toda a Europa e comprometeriam seriamente a capacidade da União para realizar com eficiência os seus objetivos.

Distribuição equitativa

Embora o papel dos pagamentos diretos seja geralmente julgado de forma positiva, há por vezes acusações de injustiça quanto ao apoio concedido. Os valores do apoio refletem um sistema em que a maior parte dos pagamentos são efetuados com base na superfície e em que as terras estão concentradas num número relativamente reduzido de agricultores. Contudo, não devemos esquecer que metade dos beneficiários da PAC são explorações agrícolas muito pequenas, com menos de 5 hectares, e que 77 % dos pagamentos diretos destinam-se a pequenas explorações agrícolas familiares profissionais de menos de 250 hectares.

Creio, no entanto, que devemos promover uma distribuição ainda mais equilibrada do apoio, tal como refletido nas recentes propostas de reforma da PAC. Essas propostas preveem uma série de instrumentos que os Estados-Membros devem ou podem utilizar para melhorar a equidade da distribuição dos pagamentos diretos e os orientar melhor para as explorações agrícolas familiares que deles mais necessitam:

- Estabelece-se o número mínimo de hectares que os agricultores devem possuir para poder aceder ao apoio direto (ou seja, requisitos mínimos), a fim de garantir que o apoio se destina a explorações agrícolas viáveis.
- O apoio redistributivo complementar ao rendimento para garantir a sustentabilidade, que é proposto como instrumento obrigatório para os Estados-Membros, será por eles adaptado em função das suas especificidades.
- A redução e a limitação dos pagamentos podem também contribuir para a redistribuição dos pagamentos diretos baseados na superfície, caso o valor apurado se utilize para financiar o apoio às explorações agrícolas de menor dimensão.
- O apoio ao rendimento de base pode ser diferenciado em função de grupos de territórios com necessidades diferentes.
- Além disso, os Estados-Membros que mantêm direitos ao pagamento para a concessão deste apoio básico terão de:
 - fixar um valor máximo para os direitos, e
 - assegurar um nível mínimo de convergência do valor de todos os direitos até 2026 (ou seja, um processo de convergência interna).
- Os Estados-Membros podem também optar por conceder um valor predeterminado aos pequenos agricultores que necessitem de um nível de apoio mais elevado.

Creio que, vistos em conjunto, estes elementos abordam de forma adequada a questão da equidade da distribuição dos pagamentos diretos aos agricultores europeus.

- 5. A Comissão apresentou uma série de iniciativas para reequilibrar o poder no âmbito da cadeia de abastecimento alimentar, incluindo a diretiva visando combater as práticas comerciais desleais na cadeia de abastecimento agrícola e alimentar. Pode descrever como tenciona prosseguir este importante trabalho durante o próximo mandato e quais os domínios em que irá concentrar-se? Na sua opinião, qual é o efeito da política de concorrência da UE nos produtores primários e na sua capacidade de negociação coletiva dos preços? Para enfrentar desafios como a segurança alimentar e a competitividade global dos agricultores da UE em todo o**

mundo, como tenciona promover o conhecimento, o desenvolvimento e a adoção de novas tecnologias e inovações na agricultura europeia?

Há muito tempo que me interesso pela situação relativamente precária dos agricultores na cadeia de abastecimento alimentar. O objetivo de assegurar um nível de vida equitativo aos agricultores está consagrado no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Para tal, precisamos de um setor agrícola viável, capaz de fornecer produtos alimentares nutritivos, acessíveis e seguros aos cidadãos europeus e proporcionar um nível de rendimento realista aos agricultores europeus. A estrutura e a organização da cadeia de abastecimento e a relação entre compradores e vendedores têm de assegurar um rendimento equitativo aos agricultores. Nos últimos anos, a Comissão tomou medidas importantes para reequilibrar a relação de poderes na cadeia de abastecimento alimentar. Estou empenhado nesta causa e assegurarei a aplicação e o respeito por essas medidas.

Cooperação entre produtores

Em 2018, o chamado Regulamento Omnibus colocou em vigor novas regras sobre a cooperação entre produtores para todos os setores agrícolas. Os agricultores podem, por exemplo, vender produtos através de organizações de produtores reconhecidas e ter a certeza jurídica de que não violam as regras da concorrência. O aumento do número de organizações de produtores ajudará os agricultores a obter economias de escala e proporcionar-lhes-á uma melhor posição negocial ao lidar com os setores a jusante.

Por vezes, em algumas partes da UE, os agricultores hesitam em cooperar devido a razões históricas. Assim, darei prioridade ao esclarecimento dos produtores quanto às vantagens da cooperação e à sensibilização para as possibilidades e os incentivos previstos no quadro jurídico da UE. A proposta de reforma da PAC alarga o âmbito de aplicação destas medidas a todos os setores agrícolas e os Estados-Membros poderão decidir, nos respetivos planos estratégicos, sobre a transferência de uma parte da dotação dos pagamentos diretos para esses programas setoriais.

Práticas comerciais desleais

Os agricultores não merecem um tratamento desleal por parte dos seus parceiros comerciais. Até maio de 2021, a minha prioridade será assegurar, sem sobressaltos, a transposição para o direito nacional da diretiva relativa a práticas comerciais desleais, adotada em abril de 2019. A adoção desta diretiva foi um grande êxito da legislatura cessante. Uma parte importante deste êxito deve-se aos deputados ao Parlamento Europeu pela sua insistência na necessidade de enfrentar o problema ao nível da UE e pelo apoio que deram aos princípios básicos da proposta da Comissão. Velarei por que as autoridades nacionais competentes tenham a possibilidade de partilhar experiências sobre a aplicação da diretiva, estabelecer boas práticas e trocar informações sobre elementos novos. A Comissão desempenhará um papel ativo na facilitação deste diálogo. Em resumo, garantiremos que a diretiva é um êxito e que se afirma como uma peça do *puzzle* que garante o futuro das explorações agrícolas na União.

Durante o processo legislativo da diretiva relativa a práticas comerciais desleais, o Parlamento Europeu instou a Comissão a realizar uma análise aprofundada sobre a dimensão e os efeitos das alianças de compras dos retalhistas no funcionamento económico da cadeia de abastecimento agrícola e alimentar. A Comissão organizará um seminário de peritos sobre as alianças de retalhistas em Bruxelas, em novembro de 2019, a fim de recolher os factos

relevantes. Um diagnóstico claro da situação ajudar-nos-á a definir outras medidas eventualmente necessárias.

Transparência do mercado

Outro domínio importante é a transparência do mercado. Uma iniciativa legislativa recente contribuirá para colmatar as lacunas de informação, em especial para os pequenos e médios operadores da cadeia alimentar, graças à publicação de dados representativos, como os preços de venda e de compra de produtos agrícolas essenciais. Nos próximos meses, a Comissão ajudará ativamente os Estados-Membros a desenvolver os métodos de comunicação necessários para aplicar as novas regras. Também neste caso, foi o Parlamento que exigiu maior transparência do mercado. Velarei por que o sistema criado seja eficaz.

Cooperação entre produtores e direito da concorrência

O artigo 42.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia estabelece que as regras da concorrência só são aplicáveis ao setor agrícola na medida em que tal seja determinado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, o que reflete as especificidades do setor e a primazia dos objetivos da PAC, em especial o de assegurar um nível de vida equitativo aos agricultores. Nenhum outro setor beneficia de tal exceção às regras da concorrência. Deste modo, reconhece-se as especificidades da posição dos agricultores na cadeia alimentar e a importância estratégica da segurança alimentar.

Estas normas permitem aos agricultores organizar-se e agir coletivamente e, por conseguinte, encararem em pé de igualdade os seus parceiros a jusante na cadeia de abastecimento alimentar. Apoio plenamente estas disposições e tenciono acompanhar de perto a sua aplicação. A aplicação e a consolidação são muito importantes.

Gostaria de destacar uma disposição específica, nomeadamente as convenções coletivas de agricultores, uma vez que estes instrumentos criam oportunidades para contribuir para o novo Pacto Ecológico através da prestação de serviços ecológicos. Estarei em contacto estreito com os outros membros da Comissão, designadamente o vice-presidente executivo para a pasta Uma Europa Preparada para a Era Digital, para garantir que exploraremos as potencialidades existentes.

Inovação

As novas tecnologias têm um grande potencial para fazer face aos desafios em matéria de sustentabilidade. Contribuem para aumentar a competitividade económica das explorações agrícolas e, ao mesmo tempo, melhorar a sustentabilidade ambiental.

Dito isto, deve sublinhar-se que a inovação não resulta apenas de novas tecnologias. A inovação pode igualmente ter origem em novas práticas ou em práticas recuperadas e os conhecimentos tradicionais podem também ser fonte de novas ideias e de soluções criativas para os desafios atuais. A inovação é um processo que exige uma combinação de diferentes passos. Devemos garantir que todos os agricultores têm acesso aos conhecimentos adequados. Isso pode ser feito melhorando a sua participação no processo de inovação, de modo a que as soluções desenvolvidas respondam às suas necessidades reais, ou desenvolvendo programas específicos de formação e ensino para melhorar as suas competências.

No que respeita às novas tecnologias, a disponibilidade de infraestruturas adequadas à sua utilização é igualmente fundamental. Temos de assegurar uma melhor conectividade das zonas rurais através da disseminação da Internet rápida.

Para reforçar o processo de inovação, a Comissão propôs investir fortemente na investigação e inovação agrícolas. No âmbito do Horizonte Europa, são propostos 10 mil milhões de euros para a investigação nos setores da alimentação e da agricultura. Em benefício da agricultura da UE, temos de assegurar que a utilização destes fundos seja a melhor possível.

O conhecimento, a inovação e a digitalização constituem um objetivo transversal da nova PAC, a qual permitirá assim aumentar as oportunidades para projetos de inovação (grupos operacionais). É igualmente colocada uma maior ênfase no aconselhamento agrícola e na aprendizagem mútua entre agricultores.

As ações de inovação no âmbito da política de investigação e da PAC serão otimizadas na Parceria Europeia de Inovação, que visa criar uma ponte entre a ciência e a prática, o que permitirá acelerar a divulgação e a aplicação de práticas inovadoras no terreno.